

NEWSLETTER DIGESTO N.º 17/2017

Disponibilização: 28 de agosto de 2017

Período abrangido: 14 a 25 de agosto de 2017



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral

Índice Temático

1. Administração Interna
 - Proteção civil
 - Segurança Interna
2. Administração Pública
3. Agricultura, Caça e Pescas
 - Florestas
 - Vitivinicultura
4. Ambiente
5. Cidadania
6. Ciência e Tecnologia
7. Comércio
8. Construção civil e obras particulares
9. Cultura
10. Defesa/Forças Armadas
11. Educação
12. Energia
13. Finanças
 - Banca /Instituições de Crédito/Sociedades Financeiras
14. Fundações
15. Governo
16. Habitação
17. Indústria
18. Justiça

- 19. Negócios Estrangeiros
- 20. Ordenamento do Território
- 21. Portugal 2020
- 22. Regiões Autónomas
 - Madeira
- 23. Saúde
- 24. Segurança Social

Apresentação de um diploma tratado pelo DIGESTO

CONSULTE O DIGESTO GRATUITAMENTE!

Desde a entrada em funcionamento do Portal DRE, em 19 de dezembro de 2016, toda a análise jurídica efetuada pelo Digesto está disponível de forma gratuita

1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- PROTEÇÃO CIVIL

[Despacho n.º 7313-A/2017, de 18 de agosto](#)

(Presidência do Conselho de Ministros e Administração Interna - Gabinetes do Primeiro-Ministro e da Ministra da Administração Interna)

Declara a situação de calamidade em vários distritos e concelhos com índice de risco elevado ou extremo de incêndio, e determina a adoção de medidas que permitam disponibilizar recursos adicionais para ações de prevenção, bem como de proteção civil.

- SEGURANÇA INTERNA

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2017, de 24 de agosto](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Cria o grupo de projeto denominado «Conselho Superior de Segurança do Ciberespaço».

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[Lei n.º 70/2017, de 14 de agosto](#)

(Assembleia da República)

Altera (quinta alteração) a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, excluindo a Polícia Judiciária e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do respetivo âmbito de aplicação.

[Lei n.º 80/2017, de 18 de agosto](#)
(Assembleia da República)

Procede à interpretação do n.º 7 do artigo 113.º e altera a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas.

3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

[Portaria n.º 259/2017, de 21 de agosto](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Fixa os termos e condições em que pessoas coletivas privadas sem fins lucrativos podem realizar, sob supervisão da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, ensaios de Valor Agronómico e de Utilização para efeitos de inscrição de variedades no Catálogo Nacional de Variedades de Espécies Agrícolas e Hortícolas.

[Portaria n.º 259-A/2017, de 21 de agosto](#)
(Finanças e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Cria uma linha de crédito garantida, denominada «Linha de crédito garantida para armazenagem da batata», destinada a apoiar necessidades de tesouraria, dirigida aos operadores do setor da batata, quer nas fases de produção, transformação ou comercialização, que se disponham a armazenar batata de conservação produzida em território nacional na campanha de 2017.

[Portaria n.º 260-A/2017, de 23 de agosto](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Altera (terceira alteração) a Portaria n.º 199/2015, de 6 de julho, que estabelece o regime de aplicação do apoio 6.2.2, «Restabelecimento do potencial produtivo» inserido na ação n.º 6.2, «Prevenção e restabelecimento do potencial produtivo», da medida n.º 6, «Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020).

- FLORESTAS

[Lei n.º 75/2017, de 17 de agosto](#)
(Assembleia da República)

Estabelece o regime aplicável aos baldios e aos demais meios de produção comunitários possuídos e geridos por comunidades locais integrados no setor cooperativo e social dos meios de produção.

[Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto](#)
(Assembleia da República)

Altera o Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, procedendo à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho.

[Lei n.º 77/2017, de 17 de agosto](#)
(Assembleia da República)

Altera (primeira alteração) o Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, que estabelece o regime jurídico a que estão sujeitas, no território continental, as ações de arborização e rearborização com recurso a espécies florestais.

[Lei n.º 78/2017, de 17 de agosto](#)
(Assembleia da República)

Cria um sistema de informação cadastral simplificada, adotando medidas para a imediata identificação da estrutura fundiária e da titularidade dos prédios rústicos e mistos, e cria o Balcão Único do Prédio (BUPi), o qual consiste num balcão físico e virtual, da responsabilidade do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P. (IRN, I. P.), que agrega a informação registral, matricial e georreferenciada relacionada com os prédios.

[Despacho n.º 7217-A/2017, de 18 de agosto](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Ministro)

Altera o Despacho n.º 6420-A/2017, de 24 de julho, que reconhece como catástrofe natural, nos termos e para os efeitos do artigo 6.º da Portaria n.º 199/2015, de 6 de julho, com as alterações das Portarias n.ºs 56/2016, de 28 de março, e 223-A/2017, de 21 de julho, o conjunto de incêndios deflagrados no mês de junho de 2017 nas freguesias da região centro do país constantes do seu anexo.

- VITIVINICULTURA

[Despacho n.º 7335/2017, de 21 de agosto](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação)

Autoriza para os produtos obtidos na campanha vitivinícola de 2017-2018, o aumento do título alcoométrico volúmico natural nos termos estabelecidos no diploma.

4. AMBIENTE

[Lei n.º 84/2017, de 18 de agosto](#)

(Assembleia da República)

Altera (primeira alteração) o Decreto-Lei n.º 36/95, de 14 de fevereiro, que transpõe para ordem jurídica interna a Diretiva n.º 89/618/EURATOM, do Conselho, de 27 de novembro, relativa à informação da população sobre medidas de proteção sanitária aplicáveis em caso de emergência radiológica, e altera (primeira alteração) o Decreto-Lei n.º 174/2002, de 25 de julho, que estabelece as regras aplicáveis à intervenção em caso de emergência radiológica e transpõe para o ordenamento jurídico interno o título IX, «Intervenção», da Diretiva n.º 96/29/EURATOM, de 13 de maio, que fixa as normas de segurança relativas à proteção sanitária da população e dos trabalhadores contra os perigos resultantes das radiações ionizantes, procedendo ao incremento das obrigações de planeamento e programação das medidas a tomar em caso de emergência radiológica ou de acidentes nucleares, com vista a melhorar a prevenção de riscos coletivos, minimização dos seus efeitos, defesa e socorro das pessoas e proteção dos ecossistemas.

5. CIDADANIA

[Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto](#)

(Assembleia da República)

Estabelece o regime jurídico da prevenção, da proibição e do combate à discriminação, em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem.

6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

[Portaria n.º 258/2017, de 21 de agosto](#)

(Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Planeamento e das Infraestruturas, Economia e Ambiente)

Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo de Inovação, Tecnologia e Economia Circular.

7. COMÉRCIO

[Lei n.º 95/2017, de 23 de agosto](#)

(Assembleia da República)

Regula a compra e venda de animais de companhia, em estabelecimento comercial e através da Internet, e enquadra a detenção de animais de companhia por pessoas coletivas públicas, procedendo à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro.

Decreto-Lei n.º 102/2017, de 23 de agosto
(Economia)

Implementa a medida do SIMPLEX+ 2016 «Informação ao consumidor + simples».

Altera (primeira alteração) a Lei n.º 39/2012, de 28 de agosto, que aprova o regime da responsabilidade técnica pela direção e orientação das atividades desportivas desenvolvidas nas instalações desportivas que prestam serviços desportivos na área da manutenção da condição física (fitness), designadamente aos ginásios, academias ou clubes de saúde (healthclubs); altera (primeira alteração) a Lei n.º 15/2013, de 8 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de mediação imobiliária, conformando-o com a disciplina constante do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno; altera (primeira alteração) a Lei n.º 144/2015, de 8 de setembro, que transpõe a Diretiva 2013/11/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, sobre a resolução alternativa de litígios de consumo e estabelece o enquadramento jurídico dos mecanismos de resolução extrajudicial de litígios de consumo; altera (primeira alteração) o Decreto-Lei n.º 267/2009, de 29 de setembro, que estabelece o regime jurídico da gestão de óleos alimentares usados; altera (primeira alteração) o Decreto-Lei n.º 119/2012, de 15 de junho, que cria, no âmbito do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, o Fundo Sanitário e de Segurança Alimentar Mais, bem como a taxa de segurança alimentar mais; altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 50/2013, de 16 de abril, que cria um novo regime de disponibilização, venda e consumo de bebidas alcoólicas em locais públicos e em locais abertos ao público e altera (primeira alteração) o Decreto-Lei n.º 10/2015, de 6 de janeiro, que aprova o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração e estabelece o regime contraordenacional respetivo.

8. CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PARTICULARES

Lei n.º 79/2017, de 18 de agosto
(Assembleia da República)

Protege o património azulejar, procedendo à décima terceira alteração ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro.

[Aviso n.º 9636/2017, de 22 de agosto](#)

(Planeamento e das Infraestruturas - Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P.)

Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2016, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.

[Aviso n.º 9637/2017, de 22 de agosto](#)

(Planeamento e das Infraestruturas - Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P.)

Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2016, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.

9. CULTURA

[Despacho n.º 7313-B/2017, de 18 de agosto](#)

(Cultura - Gabinete do Secretário de Estado da Cultura)

Submete a consulta pública o projeto de regulamento que estabelece as normas relativas à composição e funcionamento das comissões de apreciação e de avaliação, no âmbito do regime jurídico de atribuição de apoios financeiros do Estado às artes, através da Direção-Geral das Artes.

[Despacho n.º 7313-C/2017, de 18 de agosto](#)

(Cultura - Gabinete do Secretário de Estado da Cultura)

Submete a consulta pública o projeto de regulamento dos programas de apoio às artes.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2017, de 23 de agosto](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova as linhas orientadoras e determina a organização da participação de Portugal como país convidado de honra da Feira Internacional do Livro de Guadalajara 2018.

[Decreto-Lei n.º 100/2017, de 23 de agosto](#)
(Cultura)

Altera (primeira alteração) a Lei n.º 26/2015, de 14 de abril, que regula as entidades de gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos, inclusive quanto ao estabelecimento em território nacional e a livre prestação de serviços das entidades previamente estabelecidas noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2014/26/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, relativa à gestão coletiva dos direitos de autor e direitos conexos e à concessão de licenças multiterritoriais de direitos sobre obras musicais para utilização em linha no mercado interno; republica, no anexo III, a Lei n.º 26/2015, com a sua redação atual.

Altera ainda (décima terceira alteração) o Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março, que aprova o Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, bem como (quarta alteração) a Lei n.º 62/98, de 1 de setembro, que regula o disposto no artigo 82.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos.

[Decreto-Lei n.º 103/2017, de 24 de agosto](#)
(Cultura)

Estabelece o regime de atribuição de apoios financeiros do Estado, através da Direção-Geral das Artes, a entidades que exerçam atividades profissionais nas áreas das artes visuais, das artes performativas e de cruzamento disciplinar.

10. DEFESA/FORÇAS ARMADAS

[Decreto n.º 27/2017, de 14 de agosto](#) (Defesa Nacional)

Procede à modificação da servidão militar da zona confinante com o Depósito de Munições NATO de Lisboa, localizado nos concelhos do Seixal e de Sesimbra.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2017, de 24 de agosto](#) (Presidência do Conselho de Ministros)

Cria, na dependência do Ministro da Defesa Nacional, uma estrutura temporária de projeto designada por Grupo de Projeto Space Surveillance and Tracking (GPSST), entidade que tem por missão a preparação, implementação e operacionalização da capacidade Space Surveillance and Tracking (SST) nacional e a preparação da candidatura nacional ao SST europeu.

11. EDUCAÇÃO

[Lei n.º 71/2017, de 16 de agosto](#) (Assembleia da República)

Define os preços máximos de refeição e de alojamento para estudantes do ensino superior em função do indexante de apoios sociais.

[Lei n.º 72/2017, de 16 de agosto](#) (Assembleia da República)

Altera (primeira alteração) a Lei n.º 47/2006, de 28 de agosto, que define o regime de avaliação, certificação e adoção dos manuais escolares do ensino básico e do ensino secundário, bem como os princípios e objetivos a que deve obedecer o apoio socioeducativo relativamente à aquisição e ao empréstimo de manuais escolares - Desmaterialização de manuais e de outros materiais escolares.

[Deliberação n.º 765/2017, de 17 de agosto](#)

(Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior)

Divulga as alterações de elencos de provas de ingresso para a candidatura à matrícula e inscrição no ensino superior nos anos letivos de 2018/2019, 2019/2020 e 2020/2021.

[Aviso n.º 9615/2017, de 22 de agosto](#)

(Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior)

Torna pública a autorização das instalações do Instituto Superior de Gestão.

[Aviso n.º 9616/2017, de 22 de agosto](#)

(Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior)

Torna pública a autorização das instalações da Escola Superior de Tecnologias e Artes de Lisboa.

[Despacho n.º 7534/2017, de 25 de agosto](#)

(Educação, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Economia - Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P.)

Autoriza a criação e o funcionamento dos Centros Qualifica promovidos pelas entidades constantes do quadro anexo ao presente despacho, em resultado do procedimento aberto pelo Aviso n.º CQ/1/2017, de 3 de março.

12. ENERGIA

[Diretiva n.º 10/2017, de 17 de agosto](#)

(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Aprova as tarifas e preços de gás natural, para vigorar no ano 2017-2018.

[Diretiva n.º 11/2017, de 22 de agosto](#)

(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Aprova a alteração ao Procedimento n.º 9 do Manual de Procedimentos da Qualidade de Serviço do setor elétrico relativo a medições da qualidade da energia elétrica na sequência de reclamações dos clientes.

[Diretiva n.º 12/2017, de 23 de agosto](#)

(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Aprova a alteração da alínea b) do n.º 7 da Diretiva da ERSE n.º 20/2013, de 22 de novembro, relativa aos limiares para classificação de um incidente, como Incidente de Grande Impacto, na Região Autónoma dos Açores.

13. FINANÇAS

[Portaria n.º 255/2017, de 14 de agosto](#)

(Finanças)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 302-D/2016, de 2 de dezembro, que estabelece as listas das jurisdições participantes, prevista no n.º 6 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 64/2016, de 11 de outubro (estabelece novas regras sobre o regime de acesso e troca automática de informações financeiras no domínio da fiscalidade).

[Portaria n.º 256/2017, de 14 de agosto](#)

(Finanças)

Regulamenta a publicação pela Autoridade Tributária e Aduaneira da informação relativa às transferências e envios de fundos, a que se refere o n.º 3 do artigo 63.º-A da lei geral tributária (LGT), e a informação relativa às transferências e envios de fundos, que deve ser incluída no relatório detalhado sobre a evolução do combate à fraude e à evasão fiscais, de acordo com o artigo 64.º-B da lei geral tributária (LGT).

[Portaria n.º 257/2017, de 16 de agosto](#)
(Finanças)

Regula os termos e a tramitação do pedido e emissão do parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças, para celebração ou renovação de contratos de prestação de serviço, nas modalidades de tarefa e de avença, pelos órgãos e serviços da administração direta e indireta do Estado, abrangidos pelo âmbito de aplicação da LTFP.

- BANCA /INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO/SOCIEDADES FINANCEIRAS

[Decreto-Lei n.º 104/2017, de 25 de agosto](#)
(Economia)

Altera (primeira alteração) o Decreto-Lei n.º 155/2014, de 21 de outubro, que criou a IFD - Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A., e aprovou os respetivos estatutos, alargando o âmbito da atividade daquela instituição.

14. FUNDAÇÕES

[Despacho n.º 7419/2017, de 23 de agosto](#)
(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa)

Reconhece a Fundação Fernando Cardoso Lima.

15. GOVERNO

[Lei n.º 81/2017, de 18 de agosto](#)
(Assembleia da República)

Altera (sétima alteração) a Lei n.º 108/91, de 17 de agosto, que define a orgânica e competências do Conselho Económico e Social.

[Decreto-Lei n.º 99/2017, de 18 de agosto](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, que aprova a Lei Orgânica do XXI Governo Constitucional.

16. HABITAÇÃO

[Lei n.º 87/2017, de 18 de agosto](#)
(Assembleia da República)

Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 308/2007, de 3 de setembro, que cria o programa Porta 65 - Arrendamento por Jovens, instrumento de apoio financeiro ao arrendamento por jovens.

17. INDÚSTRIA

[Lei n.º 82/2017, de 18 de agosto](#)
(Assembleia da República)

Altera (primeira alteração) o Decreto-Lei n.º 109/94, de 26 de abril, que estabelece o regime jurídico das atividades de prospeção, pesquisa e produção de petróleo nas áreas disponíveis da superfície emersa do território nacional, das águas interiores, do mar territorial e da plataforma continental, determinando a obrigatoriedade de consulta prévia aos municípios nos procedimentos administrativos relativos à prospeção e pesquisa, exploração experimental e exploração de hidrocarbonetos.

18. JUSTIÇA

[Parecer n.º 18/2017, de 14 de agosto](#)

(Ministério Público - Procuradoria-Geral da República)

Recusa de exercício de funções, que integram o conteúdo funcional estabelecido legalmente, por parte de enfermeiros com a categoria de enfermeiro e com o título de especialista, no respetivo posto de trabalho.

[Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto](#)

(Assembleia da República)

Reforça o quadro legislativo para a prevenção da prática de assédio, procedendo à décima segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado em anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, à sexta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e à quinta alteração ao Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de novembro.

[Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto](#)

(Assembleia da República)

Estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo e transpõe parcialmente para a ordem jurídica interna a Diretiva 2015/849/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro e das atividades e profissões especialmente designadas para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, bem como a Diretiva 2016/2258/UE, do Conselho, de 6 de dezembro de 2016, que altera a Diretiva 2011/16/UE, no que respeita ao acesso às informações antibranqueamento de capitais por parte das autoridades fiscais. Estabelece, também, as medidas nacionais necessárias à efetiva aplicação do Regulamento (UE) 2015/847, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, relativo às informações que acompanham as transferências de fundos e que revoga o Regulamento (CE) 1781/2006. Procede, ainda, à alteração do Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, e do Código da Propriedade Industrial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36/2003, de 5 de março.

[Lei n.º 85/2017, de 18 de agosto](#)
(Assembleia da República)

Altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 41/2016, de 1 de agosto, que altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, o Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias, o Decreto-Lei n.º 185/86, de 14 de julho, o Código do Imposto do Selo, o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e o Código do Imposto Único de Circulação. Altera o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro. Repristina o artigo 145.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, na parte correspondente ao aditamento do artigo 62.º-A ao Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, relativo ao mecenato científico, para vigorar até 31 de dezembro de 2017.

[Lei n.º 88/2017, de 21 de agosto](#)
(Assembleia da República)

Estabelece o regime jurídico da emissão, transmissão e do reconhecimento e execução de decisões europeias de investigação, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva 2014/41/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril de 2014, relativa à decisão europeia de investigação (DEI) em matéria penal.

Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto
(Assembleia da República)

Transpõe para a ordem jurídica interna o capítulo III da Diretiva (UE) n.º 2015/849, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo, e aprova, em anexo, o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), previsto no artigo 34.º da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto. Altera, ainda, os seguintes diplomas: a) Código do Registo Predial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 224/84, de 6 de julho; b) Código do Registo Comercial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 403/86, de 3 de dezembro; c) Decreto-Lei n.º 352-A/88, de 3 de outubro, que disciplina a constituição e o funcionamento de sociedades ou sucursais de trust off-shore na Zona Franca da Madeira; d) Decreto-Lei n.º 149/94, de 25 de maio, que regulamenta o registo dos instrumentos de gestão fiduciária (trust); e) Código do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 207/95, de 14 de agosto; f) Regime do Registo Nacional de Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 129/98, de 13 de maio; g) Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro; h) Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro, que cria a Informação Empresarial Simplificada; i) Decreto-Lei n.º 117/2011, de 15 de dezembro, que aprova a orgânica do Ministério das Finanças; j) Decreto-Lei n.º 118/2011, de 15 de dezembro, que aprova a orgânica da Autoridade Tributária e Aduaneira; k) Decreto-Lei n.º 123/2011, de 29 de dezembro, que aprova a orgânica do Ministério da Justiça; l) Decreto-Lei n.º 148/2012, de 12 de julho, que aprova a orgânica do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.; m) Decreto-Lei n.º 14/2013, de 28 de janeiro, que procede à sistematização e harmonização da legislação referente ao Número de Identificação Fiscal; n) Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro.

Lei n.º 90/2017, de 22 de agosto
(Assembleia da República)

Altera (segunda alteração) a Lei n.º 5/2008, de 12 de fevereiro, que aprova a criação de uma base de dados de perfis de ADN para fins de identificação civil e criminal, e altera (primeira alteração) a Lei n.º 40/2013, de 25 de junho, que aprova a lei de organização e funcionamento do conselho de fiscalização da base de dados de perfis de ADN.

[Lei n.º 91/2017, de 22 de agosto](#)
(Assembleia da República)

Modifica as condições em que um país, região ou território pode ser considerado regime fiscal claramente mais favorável, alterando a Lei Geral Tributária.

[Lei n.º 92/2017, de 22 de agosto](#)
(Assembleia da República)

Obriga à utilização de meio de pagamento específico em transações que envolvam montantes iguais ou superiores a EUR 3 000, alterando a Lei Geral Tributária, aprovada em anexo ao Decreto-lei n.º 398/98, de 17 de dezembro e o Regime Geral das Infrações Tributárias, aprovado pela Lei n.º 15/2001, de 5 de junho.

[Lei n.º 94/2017, de 23 de agosto](#)
(Assembleia da República)

Altera o Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, aprovado pela Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro, a Lei n.º 33/2010, de 2 de setembro, que regula a utilização de meios técnicos de controlo à distância (vigilância eletrónica), e a Lei da Organização do Sistema Judiciário, aprovada pela Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto.

[Lei n.º 96/2017, de 23 de agosto](#)
(Assembleia da República)

Define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2017-2019, cujos fundamentos constam em anexo, em cumprimento da Lei n.º 17/2006, de 23 de maio (aprova a Lei-Quadro da Política Criminal).

Lei n.º 97/2017, de 23 de agosto
(Assembleia da República)

Regula a aplicação e a execução de medidas restritivas aprovadas pela Organização das Nações Unidas ou pela União Europeia e estabelece o regime sancionatório aplicável à violação destas medidas.

Lei n.º 98/2017, de 24 de agosto
(Assembleia da República)

Regula a troca automática de informações obrigatória relativa a decisões fiscais prévias transfronteiriças e a acordos prévios sobre preços de transferência e no domínio da fiscalidade. Transpõe para a ordem jurídica interna: a) A Diretiva (UE) 2015/2376, do Conselho, de 8 de dezembro de 2015, que altera a Diretiva 2011/16/UE, no que respeita à troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade, no que se refere a decisões fiscais prévias transfronteiriças e acordos prévios sobre preços de transferência; b) A Diretiva (UE) 2016/881, do Conselho, de 25 de maio de 2016, que altera a Diretiva 2011/16/UE, no que respeita à troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade, estabelecendo as regras relativas à declaração por país ao abrigo de convenções internacionais. Altera os seguintes diplomas: a) Decreto-Lei n.º 61/2013, de 10 de maio, que transpõe a Diretiva n.º 2011/16/UE, do Conselho, de 15 de fevereiro de 2011, relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade; b) Regime Geral das Infrações Tributárias, aprovado pela Lei n.º 15/2001, de 5 de junho; c) Regime de comunicação de informações financeiras (RCIF), aprovado pelo artigo 239.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro; d) Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro; e) Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro; f) Decreto-Lei n.º 64/2016, de 11 de outubro, que regula a troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade e prevê regras de comunicação e de diligência pelas instituições financeiras relativamente a contas financeiras, transpondo a Diretiva 2014/107/UE, do Conselho, de 9 de dezembro de 2014, que altera a Diretiva 2011/16/UE. Republica o Decreto-Lei n.º 61/2013, de 10 de maio, com a redação atual e demais correções materiais.

[Lei Orgânica n.º 4/2017, de 25 de agosto](#)
(Assembleia da República)

Regula o procedimento especial de acesso a dados previamente armazenados pelos prestadores de serviços de comunicações eletrónicas que se mostrem estritamente necessários para a prossecução da atividade de produção de informações pelo Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) relacionadas com a segurança interna, a defesa, a segurança do Estado e a prevenção da espionagem e do terrorismo, o qual é sujeito a acompanhamento do Ministério Público e controlo judicial. Altera a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto, que estabelece as normas de enquadramento e de organização do sistema judiciário (Lei da Organização do Sistema Judiciário).

19. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

[Aviso n.º 9826/2017, de 28 de agosto](#)
(Negócios Estrangeiros - Secretaria-Geral)

Fixa as taxas de câmbio adotadas na cobrança de emolumentos consulares a efetuar a partir de 1 de setembro de 2017.

20. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

[Lei n.º 74/2017, de 16 de agosto](#)
(Assembleia da República)

Altera (primeira alteração) a Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, que estabelece as bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.

21. PORTUGAL 2020

[Portaria n.º 260/2017, de 23 de agosto](#) (Planeamento e das Infraestruturas)

Altera (quarta alteração) o Regulamento Específico do Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, aprovado em anexo à Portaria n.º 57-B/2015, de 27 de fevereiro.

22. REGIÕES AUTÓNOMAS

- MADEIRA

[Decreto n.º 27-A/2017, de 17 de agosto](#) (Presidência do Conselho de Ministros)

Declara luto nacional no dia 18 de agosto de 2017 pelas vítimas da queda de uma árvore na Região Autónoma da Madeira.

[Lei n.º 86/2017, de 18 de agosto](#) (Assembleia da República)

Determina a aplicação do apoio extraordinário à habitação a todas as famílias afetadas pelos incêndios de agosto de 2016 na Região Autónoma da Madeira, no âmbito do Programa PROHABITA - Programa de Financiamento para Acesso à Habitação.

[Decreto Legislativo Regional n.º 26/2017/M, de 18 de agosto](#) (Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Altera (primeira alteração) o Decreto Legislativo Regional n.º 1/97/M, de 25 de fevereiro, que institui e disciplina a atribuição de um suplemento remuneratório ao pessoal da Direção Regional de Estradas que preste trabalho em condições de risco e penosidade.

[Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2017/M, de 21 de agosto](#)
(Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo)

Altera (primeira alteração) o Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2015/M, de 12 de maio, que aprova a organização e funcionamento do XII Governo Regional da Madeira.

[Decreto Legislativo Regional n.º 27/2017/M, de 23 de agosto](#)
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Fixa a unidade de cultura para a Região Autónoma da Madeira.

[Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2017/M, de 25 de agosto](#)
(Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo)

Fixa, para o ano de 2017, o valor do metro quadrado padrão para efeitos da indústria da construção civil.

23. SAÚDE

[Decreto-Lei n.º 101/2017, de 23 de agosto](#)
(Saúde)

Altera a denominação do Centro Hospitalar do Algarve, E. P. E., criado pelo Decreto-Lei n.º 69/2013, de 17 de maio, e procede à transferência de atribuições, competências, direitos e obrigações da Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P. (ARS Algarve, I. P.), relativas ao Centro de Medicina Física e Reabilitação do Sul (CMFRS).

Procede também à intensificação das atividades do Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E. P. E., no âmbito do ensino, investigação, aplicação e transmissão do conhecimento científico com vista à prestação de cuidados de saúde diferenciados e com qualidade junto da comunidade.

[Lei n.º 99/2017, de 25 de agosto](#)
(Assembleia da República)

Altera (segunda alteração) a Lei n.º 12/2009, de 26 de março, que estabelece o regime jurídico da qualidade e segurança relativa à dádiva, colheita, análise, processamento, preservação, armazenamento, distribuição e aplicação de tecidos e células de origem humana, de forma a transpor para a ordem jurídica interna a Diretiva 2015/565/UE, da Comissão, de 8 de abril de 2015, que altera a Diretiva 2006/86/CE no que se refere a certos requisitos técnicos para a codificação dos tecidos e células de origem humana. Estabelece ainda os procedimentos de verificação da equivalência das normas de qualidade e segurança dos tecidos e células importados e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2015/566/UE, da Comissão, de 8 de abril de 2015.

[Despacho n.º 7541/2017, de 25 de agosto](#)
(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Determina que a distribuição dos 200 postos de trabalho, referentes à categoria superior de assistente graduado sénior, nos termos da autorização concedida por despacho do Ministro das Finanças, faz-se de acordo com o estabelecido no anexo ao presente despacho.

24. SEGURANÇA SOCIAL

[Despacho n.º 7421/2017, de 23 de agosto](#)
(Negócios Estrangeiros e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinetes dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Determina a dispensa da apresentação dos documentos de prova às candidaturas à atribuição da medida de apoio social aos emigrantes carenciados das Comunidades Portugueses, residentes na Venezuela.

CONHEÇA O DIGESTO E AS SUAS FUNCIONALIDADES

❖ Apresentação quinzenal de um diploma tratado pelo DIGESTO

Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto (Aprova a Lei de Segurança Interna)

Dados Gerais:



The screenshot displays the Digesto interface for Lei n.º 53/2008. On the left, a navigation menu includes 'Análise Jurídica', 'Lei n.º 53/2008', 'Dados Gerais', 'Informação Detalhada', 'Notas Pessoais', 'Guias Práticas', and 'Newsletters Digesto'. The main content area is titled 'Lei n.º 53/2008' and provides the following information:

- Diário da República n.º 167/2008, Série I de 2008-08-29
- Tipo Diploma: Lei
- Número: 53/2008
- Data Assinatura: 2008-08-29
- Entidade(s) Emitente(s): Assembleia da República
- Fonte: DIÁRIO DA REPÚBLICA - 1.ª SERIE, Nº 167, de 2008-08-29, Pág. 6135 - 6141
- Entrada em Vigor: 2008-09-28

Below this information, there is a section titled 'NOTAS AOS DADOS GERAIS' containing the text: 'As Forças Armadas colaboram em matéria de segurança interna nos termos da Constituição e da lei, competindo ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna e ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas assegurarem entre si a articulação operacional.'

A 'RESUMO' section follows, stating: 'Aprova a Lei de Segurança Interna.'

Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto (Aprova a Lei de Segurança Interna)

Normas Habilitantes:

APLICA/REGULAMENTA	
Foi encontrada 1 associação.	
Data	Texto
	Al. c) do art. 161º da CRP

Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto (Aprova a Lei de Segurança Interna)

Aplicado por/Regulamentado por:

Análise Jurídica
Lei n.º 53/2008
Dados Gerais
Informação Detalhada
Notas Pessoais
Guias Práticos
Newsletters Digesto

Direito Comunitário
Regulamentação
Modificações
Retificações
Outras Bases de Dados
Parlamento
Exportar
Imprimir

Lei n.º 53/2008

Diário da República n.º 167/2008, Série I de 2008-08-29

Outros Tipos:

APLICADO POR/REGULAMENTADO POR

Foram encontradas 44 associações.

1 2 3 4 5 > » Pág. 1 de 5

Data	Texto	Diploma
2016-11-15	Despacho n.º 13687/2016 - Diário da República n.º 219/2016, Série II de 2016-11-15 (Al. a) do n.º 2 do art. 18.º)	Despacho n.º 13687/2016 - Diário da República n.º 219/2016, Série II de 2016-11-15
2016-08-23	Decreto Regulamentar n.º 2/2016 - Diário da República n.º 161/2016, Série I de 2016-08-23 (N.º 7 do art. 23.º)	Decreto Regulamentar n.º 2/2016 - Diário da República n.º 161/2016, Série I de 2016-08-23
2016-02-18	Resolução da Assembleia da República n.º 32/2016 - Diário da República n.º 34/2016, Série I de 2016-02-18 (al. g) do n.º 2 do art 12.º)	Resolução da Assembleia da República n.º 32/2016 - Diário da República n.º 34/2016, Série I de 2016-02-18

Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto (Aprova a Lei de Segurança Interna)

Modificações Produzidas

MODIFICAÇÕES PRODUZIDAS

Foram encontradas 6 associações.

Data	Texto
2004-07-21	Revoga, a partir de 28.09.2008, o Dec Lei 173/2004, de 21-Jul DR. IS-A [170]
2001-05-07	Revoga, a partir de 28.09.2008, o Dec Lei 149/2001, de 07-Maio DR. IS-A [105]
1996-05-16	Revoga, a partir de 28.09.2008, o Dec Lei 51/96, de 16-Maio DR. IS-A [114]
1991-04-01	Revoga, a partir de 28.09.2008, a Lei 8/91, de 01-Abr DR. IS-A [75]
1988-02-27	Revoga, a partir de 28.09.2008, o Dec Lei 61/88, de 27-Fev DR. IS [48]
1987-06-12	Revoga, a partir de 28.09.2008, a Lei 20/87, de 12-Jun DR. IS [134]

Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto (Aprova a Lei de Segurança Interna)

Modificações Sofridas

MODIFICAÇÕES SOFRIDAS		
Foram encontradas 3 associações.		
Data	Texto	Diploma
2017-05-24	Aditado o art. 23.º-A e o anexo relativo aos lugares de direção intermédia de 1.º grau à presente lei pelo(a) Decreto-Lei n.º 49/2017 - Diário da República n.º 100/2017, Série I de 2017-05-24	Decreto-Lei n.º 49/2017 - Diário da República n.º 100/2017, Série I de 2017-05-24
2015-06-24	Alterados os arts 12.º e 23.º do presente diploma, pelo(a) Lei n.º 59/2015 - Diário da República n.º 121/2015, Série I de 2015-06-24	Lei n.º 59/2015 - Diário da República n.º 121/2015, Série I de 2015-06-24
2011-12-29	Extinto, nos termos do art. 47.º, o Gabinete Coordenador de Segurança, pelo DEC LEI.126-A/2011.29.12.2011.PCM, DR.IS [249-Supl] de 29.12.2011	Decreto-Lei n.º 126-A/2011 - Diário da República n.º 249/2011, 1º Suplemento, Série I de 2011-12-29

Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto (Aprova a Lei de Segurança Interna)

Retificações



Análise Jurídica
Lei n.º 53/2008

Dados Gerais

Informação Detalhada

Notas Pessoais

Guias Práticos

Newsletters Digesto

Direito Comunitário

Regulamentação

Modificações

Retificações

Outras Bases de Dados

Lei n.º 53/2008

Diário da República n.º 167/2008, Série I de 2008-08-29

Outros Tipos:

RECTIFICADO POR

Foi encontrada 1 associação.

Data	Texto	Diploma
2008-10-28	Rectificada pela DECL-RECT.66-A/2008.28.10.2008.AR, DR.IS [209]Supl de 28.10.2008	Declaração de Rectificação n.º 66-A/2008 - Diário da República n.º 209/2008, 1º Suplemento, Série I de 2008-10-28

Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto (Aprova a Lei de Segurança Interna)

Acesso à base de dados PLC - Processo Legislativo Comum da Assembleia da República:
(histórico da Lei desde a iniciativa até à sua publicação):

Análise Jurídica

- Lei n.º 53/2008
- Dados Gerais
- Informação Detalhada**
- Notas Pessoais
- Newsletters Digesto

- Direito Comunitário
- Regulamentação
- Modificações
- Retificações
- Outras Bases de Dados
- Parlamento

Lei n.º 53/2008

Diário da República n.º 167/2008, Série I de 2008-08-29

PARLAMENTO

Proposta de Lei 184/X: Aprova a Lei de Segurança Interna.

Formatos Disponíveis

- [DOC]

Autoria

- Governo

2008-03-12 | **Entrada**

2008-03-14 | **Admissão**

2008-03-14 | **Baixa comissão distribuição inicial generalidade**

2008-03-18 | **Anúncio**

2008-03-19 | **Publicação**

Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto (Aprova a Lei de Segurança Interna)

Acesso à Jurisprudência emanada dos Principais Tribunais (1):

Análise Jurídica

- Lei n.º 53/2008
- Dados Gerais
- Informação Detalhada
- Notas Pessoais
- Newsletters Digesto

Direito Comunitário

- Regulamentação
- Modificações
- Retificações
- Outras Bases de Dados
- Parlamento

Lei n.º 53/2008

Diário da República n.º 167/2008, Série I de 2008-08-29

CAMPOS DE PESQUISA:

Base de dados:
Supremo Tribunal de Justiça

Palavra Chave:
"Lei 53/2008"

Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa; AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e + (truncatura à direita e/ou à esquerda).

Pesquisar

1 resultado(s) encontrados

	Sessão	Processo	Relator	Descrição
<input type="checkbox"/>	09/12/2013	130/10.0gcvdr	Henriques Gaspar	Tráfico de Menor Gravidade PENA de Prisão Suspensão da Execução da PENA Prevenção Geral Prevenção Especial

Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto (Aprova a Lei de Segurança Interna)

Acesso à Jurisprudência emanada dos Principais Tribunais (2):

Análise Jurídica
Lei n.º 53/2008

Dados Gerais
Informação Detalhada
 Notas Pessoais
Newsletters Digesto

Direito Comunitário
 Regulamentação
 Modificações
 Retificações
 Outras Bases de Dados
 Parlamento

Lei n.º 53/2008

Diário da República n.º 167/2008, Série I de 2008-08-29

CAMPOS DE PESQUISA

Base de dados:
Tribunal da Relação do Porto

Palavra Chave:
"Lei 53/2008"

Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

Pesquisar

1 resultado(s) encontrados

	Sessão	Processo	Relator	Descrição
<input type="checkbox"/>	01/09/2013	22.09.09agnf.at	Francisco Marcolino	Questão de Direito Identificação de Suspeito Condução de Suspeito ao Posto Policial

Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto (Aprova a Lei de Segurança Interna)

Acesso à Jurisprudência emanada dos Principais Tribunais (3):

Análise Jurídica
Lei n.º 53/2008

Dados Gerais
Informação Detalhada
 Notas Pessoais
Newsletters Digesto

Direito Comunitário
 Regulamentação
 Modificações
 Retificações
 Outras Bases de Dados
 Parlamento

Lei n.º 53/2008

Diário da República n.º 167/2008, Série I de 2008-08-29

CAMPOS DE PESQUISA

Base de dados:
Tribunal da Relação de Lisboa

Palavra Chave:
"Lei 53/2008"

Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

Pesquisar

4 resultado(s) encontrados

	Sessão	Processo	Relator	Descrição
<input type="checkbox"/>	04/20/2017	395/15.Torgem.II-5	Antero LUIS	Identificação de Pessoa Encontrada em Lugar Público Fundadas Suspeitas da Prática de Crimes Direito de Resistência
<input type="checkbox"/>	04/17/2012	232/11.6jlsb.II-5	NETO de Moura	Tráfico de Estupefaciente Suspensão da Execução da PENA Prevenção Geral

Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto (Aprova a Lei de Segurança Interna)

Acesso à Jurisprudência emanada dos Principais Tribunais (4):



The screenshot displays the Digesto website interface. On the left is a navigation menu with options like 'Análise Jurídica', 'Lei n.º 53/2008', 'Dados Gerais', 'Informação Detalhada', 'Notas Pessoais', 'Newsletters Digesto', and various legal categories. The main content area is titled 'Lei n.º 53/2008' and shows the source as 'Diário da República n.º 167/2008, Série I de 2008-08-29'. Below this is a search section with a dropdown menu for 'Base de dados' (set to 'Tribunal da Relação de Évora') and a text input for 'Palavra Chave' containing '"Lei 53/2008"'. A search button labeled 'Pesquisar' is present. Below the search section, it indicates '3 resultado(s) encontrados' and displays a table with one row of results.

	Sessão	Processo	Relator	Descrição
<input type="checkbox"/>	05/19/2015	7/11_2015/2015.1	Maria Leonor Esteves	Tráfico de Estupefacientes Atenuação Especial da PENA Arrepido

Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail*

digesto@sg.pcm.gov.pt

Muito obrigada pela sua sugestão